

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

SUICÍDIO, SOCIEDADE E JUVENTUDE: COMO ENTENDER A RELAÇÃO ENTRE TAIS PROCESSOS?

Breno Rafael da Costa, Vagner Matias do Prado, Welson Barbosa Santos

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.8168>

Submetido em: 2024-03-08

Postado em: 2024-03-18 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

**SUICÍDIO, SOCIEDADE E JUVENTUDE:
COMO ENTENDER A RELAÇÃO ENTRE TAIS PROCESSOS?**

BRENO RAFAEL DA COSTA¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7668-4029>
<email@email.com.br>

VAGNER MATIAS DO PRADO²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8662-2833>
<vagner.prado@ufu.br>

WELSON BARBOSA SANTOS³

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6118-2296>
<welson.santos@ufu.br>

¹ Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.

² Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.

³ Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.

RESUMO: Este artigo, resultado de uma dissertação de mestrado construída junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU), diz respeito a relações que podem ser estabelecidas entre o suicídio e a sociedade. Em particular, busca-se problematizar, a partir dos enunciados de 7 entrevistados/as, todos/as jovens entre 18 e 29 anos que possuem expressões de vida cis-heterodissidentes, quais normas corroboram com a constituição do processo suicida. Para tal, por intermédio de provocações pós-estruturalistas, foi acessado narrativas, em que, foi possível cotejar relações entre os modos de subjetivação que produzem sujeitos que veem a si como “sujeira”, ou ainda, sequer possibilitam o reconhecimento destes na condição de sujeitos (abjetos) e os enredos suicidas desses/as jovens. O suicídio aparece também como uma possível transgressão às tecnologias biopolítica em que o corpo precisa, a todo custo, viver uma vida útil, ajustado ao que se espera dele. Conclui-se, apostando na complexificação do debate sobre o autoextermínio, em particular, na multiplicação de pesquisas, que trata-se de um fenômeno, forjado por matrizes culturais e que é produzido em vida, nos espaços de convivência como a escola, nas relações e suas interdependências, nas formas como as relações de poder se estabelecem.

Palavras-chave: Suicídio; Juventude; Subjetivação; Biopolítica; Abjeção.

**SUICIDE, SOCIETY AND YOUTH
HOW TO UNDERSTAND THE RELATION BETWEEN THESE PROCESSES?**

ABSTRACT: This article, the result of a master's thesis built with the Postgraduate Program in Education at the Federal University of Uberlândia (PPGED/UFU), concerns relationships that can be established between suicide and society. In particular, we seek to problematize, based on the statements of 7 interviewees, all young people between 18 and 29 years old who have cis-heterodissident life expressions, which norms corroborate the constitution of the suicidal process. To this end, through post-structuralist provocations, narratives were accessed, in which it was possible to compare relationships

between the modes of subjectivation that produce subjects who see themselves as “dirt”, or even enable their recognition in the condition of (abject) subjects and the suicidal plots of these young people. Suicide also appears as a possible transgression of biopolitical technologies in which the body needs, at all costs, to live a useful life, adjusted to what is expected of it. It is concluded, betting on the complexity of the debate on self-extermination, in particular, on the multiplication of research, that it is a phenomenon, forged by cultural matrices and that is produced in life, in living spaces such as school, in relationships and their interdependencies, in the ways in which power relations are established.

Keywords: Suicide; Youth; Subjectivation; Biopolitics; Abjection.

SUICIDIO, SOCIEDAD Y JUVENTUD: ¿CÓMO ENTENDER LA RELACIÓN ENTRE TALES PROCESOS?

RESUMEN: Este artículo, resultado de una tesis de maestría construida con el Programa de Postgrado en Educación de la Universidad Federal de Uberlândia (PPGED/UFU), aborda las relaciones que pueden establecerse entre el suicidio y la sociedad. En particular, buscamos problematizar, a partir de los dichos de 7 entrevistados, a todos los jóvenes entre 18 y 29 años que tienen expresiones de vida cis-heterodisidentes, cuyas normas corroboran la constitución del proceso suicida. Para ello, a través de provocaciones postestructuralistas, se accedió a narrativas en las que fue posible comparar relaciones entre los modos de subjetivación que producen sujetos que se ven a sí mismos como “suciedad”, o incluso posibilitan su reconocimiento en la condición de (abyectos) sujetos y las tramas suicidas de estos jóvenes. El suicidio aparece también como una posible transgresión de las tecnologías biopolíticas en las que el cuerpo necesita, a toda costa, vivir una vida útil, ajustada a lo que se espera de él. Se concluye, apostando por la complejidad del debate sobre el autoexterminio, en particular, por la multiplicación de las investigaciones, que se trata de un fenómeno, forjado por matrices culturales y que se produce en la vida, en espacios habitables como la escuela, en relaciones y sus interdependencias, en las formas en que se establecen las relaciones de poder.

Palabras clave: Suicidio; Juventud; Subjetivación; Biopolítica; Abyección..

INTRODUÇÃO

Iniciamos essa escrita, trazendo a nós mesmo as seguintes questões: Quem somos, o que somos, por que somos? Do mesmo modo, buscamos entender o que nos conduz ao agora se não os discursos que nos atravessam, que nos moldam e nos ajustam a corpos docilizados capazes de atender o que está posta para nós, desde o útero. A partir dessa premissa, arrazoamos que para muitos de nós seja difícil, talvez, lembrar quando fomos chamados de viado pela primeira vez. O rótulo que parece preceder e, ao mesmo tempo, forjar uma existência foi enunciado tantas vezes e tão cedo que as temporalidades podem nos confundir. No entanto, somos capazes de afirmar em qual lugar estávamos quando ouvimos tal palavra pelas primeiras vezes: na escola. Nesse sentido, podemos considerar que a instituição escolar atuou compulsoriamente, como aponta estudos queer sobre a educação das últimas décadas, na normalização e cristalização, ainda que frágil, dos nossos ideais de família, de práticas sexuais e de felicidade (CÉSAR, 2009; LOURO, 2007, 2012).

A escola foi, como diz Bento (2011), minando nossas subjetividades, chegando ao ponto de nos transformarmos em algo inteligível a nós mesmos. E, embora inteligível, havia um exercício constante dos/as agentes escolares dizendo o que éramos. Éramos viado, bicha, mulherzinha para outros/as estudantes. Para alguns/mas professores/as alguém que deveria aprender a “falar como homem”. Outras pessoas nos consideravam, ainda, sujeitos passíveis de escárnio, repulsa e agressão.

A educação, enquanto mecanismo responsável por preparar moralmente as crianças e jovens para se tornarem pessoas, argumenta Durkheim (1962), configura-se em uma ação que se aplica coercitivamente sobre os corpos. A escola deve, inclusive, submeter os desejos à lógica racional própria do curso civilizatório, diz o sociólogo. Nessa lógica, a educação escolar, em sua função socializadora, permite também a reiteração de “verdades” sobre os gêneros e sexualidades (BENTO, 2011; LOURO, 2012).

Tais “verdades” seguem violentamente marcando corpos e produzindo sensações de não entendimento de si. E não é apenas nas escolas em que essas “verdades” são construídas. Estas atuam como um espaço privilegiado de manutenção das normas sociais, portanto, concordamos com Bento (2011): para entendermos como as subjetividades são moldadas “no chão da escola” precisamos, antes, ampliarmos nossos olhares para a sociedade de forma mais alargada.

Entre os inúmeros discursos, em seus efeitos de verdade, geridos junto às instituições escolares, religiosas, midiáticas e estatais, a questão deste artigo, resultado de uma dissertação de mestrado construída junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU), diz respeito as relações que podemos estabelecer entre suicídio e sociedade. Em particular, buscamos problematizar, a partir dos enunciados de 7 entrevistados/as, todos/as jovens entre 18 e 29 anos que possuem expressões de vida cis-heterodissidentes, quais normas corroboram com a constituição do que nomeamos de processo suicida.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O pós-estruturalismo nos exige, considerando o movimentar da própria vida, refletirmos sobre os procedimentos metodológicos empregados desde o início da pesquisa, bem como nos permite transformar os caminhos conforme o desenrolar da própria investigação (PICCHETTI; SEFFNER, 2017). Tampouco é recente o uso da abordagem qualitativa, escolha feita nesta investigação, para pesquisas referentes às temáticas de gêneros, sexualidades, sofrimento emocional e escolarização. Na verdade, nos pautando em Bogdan e Biklen (1994), a investigação qualitativa em educação traz, desde o início de sua história, pesquisas focadas em tais temáticas¹.

Tal fato, no entanto, não é suficiente para justificar a escolha pela abordagem qualitativa feita nesta pesquisa, vez que Durkheim (2000) inaugura, em 1897, as taxas de suicídio como objeto de estudo quantitativo no campo sociológico. A investigação durkheimiana reverbera, até hoje, nos procedimentos teóricos e metodológicos dentro da Suicidologia, como apresenta as reflexões de Silva e Couto (2009), Aguiar (2011) e Cavalcante et. al. (2015). Será possível, entretanto, confiar nos dados sociodemográficos e epidemiológicos existentes sobre o autoextermínio?

No que se refere a quantificação das vidas de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, intersexuais e outras expressões cis-heterodissidentes (LGBTI+), D'Albuquerque (2018), indica que a ausência de dados governamentais, sobretudo, do suicídio de transexuais e travestis se dá em virtude de uma concepção de gênero reduzida ao sexo biológico. Tal fato faz com que muitas pessoas trans tenham seus óbitos computados como se elas fossem, na verdade, pessoas cis. Logo, a defesa do autor pela

¹ A título de exemplo, a socióloga Mirra Komarovsky publica, já nos anos 1940, dizem Bogdan e Biklen (1994), estudos qualitativos sobre família, depressão e o impacto das relações de gênero na constituição psicossocial das mulheres, além de discutir a inserção delas na Educação Superior.

“utilização de métodos qualitativos que privilegiem o enfoque nos contextos de sofrimento ao invés de permanecer unicamente na apresentação de dados epidemiológicos.” (D’ALBUQUERQUE, 2018, p. 20). O dossiê *Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil (2021)* nos fornece outros elementos para repensar tais questões:

A elaboração do Dossiê de Mortes e Violências contra a População LGBTI+ tem como principal desafio a ausência de dados governamentais. Nossas fontes não têm como base os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já que este não produz quaisquer dados sobre pessoas LGBTI+, do Ministério da Saúde ou de qualquer outra instância governamental (Disque 100, etc). Os dados hemerográficos que apresentamos são produzidos ao longo do processo de construção deste trabalho e provêm de notícias encontradas em jornais, portais eletrônicos e redes sociais. (MORTES E VIOLÊNCIAS CONTRA LGBTI+ NO BRASIL, 2021, p. 10)

De acordo com o documento, os suicídios, embora sejam, nos dados possíveis de serem contados, a terceira maior causa de morte entre a população LGBTI+, suas computações apresentam uma lacuna dentro das reportagens jornalísticas e em outros mecanismos de veiculação destes dados. Isto é, os casos de suicídio só são contados e descritos a partir de informações adquiridas nas redes sociais e através do contato com amigos/as e familiares da pessoa que “se matou”.

A partir de tais questões, optamos pela condução de entrevistas sobre o tema da relação entre os processos de escolarização, considerando, que esses processos só podem ser entendidos em relação a sociedade da qual emergem (BENTO, 2011), e o suicídio de jovens LGBTI+. As entrevistas são, como pontuam Szymanski (2002) e Evangelista (2010), uma arena de conflitos e contradições, na qual, é necessário balizar a todo o momento nossas emoções e ações junto às emoções e ações dos/as entrevistados/as.

Na intenção de atenuar a problemática acima, nos valem da interpretação de Fisher (2021) à insistência de Foucault quanto à ação de problematizar (antagônica ao gesto de polemizar), aproximando, por fim, tal ação à ideia da pesquisa em Educação como uma conversa. De acordo com a autora, é preciso que paremos de ouvir apenas a nós mesmos e passemos a valorizar a intensidade das relações humanas sem aprisioná-las em uma compreensão imutável e a-histórica da “verdade”. De tal forma, nossa intenção é “remontar” as entrevistas com os/as interlocutores/as considerando aquela experiência como única, ela segue atravessada por sentimentos, expressões e acontecimentos que escapam a fala e, no entanto, aparecem no e com o corpo.

É necessário frisar que contamos com a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, CAAE 64262022.4.0000.5152 e com o auxílio do Grupo de Pesquisa, Educação, Sexualidades e Performatividades (GPESP) para a divulgação de um questionário cujo objetivo era traçar o perfil social e educacional de possíveis entrevistados/as, bem como elencar pistas sobre a questão do suicídio para serem destacadas durante nossa conversa. A amostragem final da pesquisa contou com a resposta de 31 participantes e, desses/as participantes, foi possível conduzir entrevistas com sete deles/as. Ada, Apollo, Caio Lannes, Eduardo, Diego, Pietro e Felipe - nomes escolhidos por eles/as - são os/as jovens cis-heterodissidentes que nos auxiliam, na discussão sobre a relação entre suicídio e sociedade.

AS NORMAS DO SUICÍDIO: UM OLHAR A PARTIR DA PERSPECTIVA PÓS-ESTRUTURALISTA

A gente fez essa viagem com a sala inteira, aí no último dia eles estavam com pressa para a gente sair logo e, tipo assim, a gente tinha que tomar banho. Eu entrei e literalmente era um banheiro só e a gente tinha que ir rapidão porque tinha 30 crianças para tomar banho. E eu entrei e esse garoto ficou do lado de fora para zoar assim “aí deixa eu ir com você” e eu não tinha entendido. Então eu abri a porta e falei: “que? Oi?”, para entender o que ele estava falando. Daí geral começou a rir, a jogar coisas em cima de mim e eu nem sabia o que estava acontecendo. Mas foram umas coisas pesadas, sabe?! E tipo... eu estava ali totalmente na inocência, não sabia o que estava rolando e eu não pensava esse tipo de coisa. Aí eu só entrei para o banheiro para tomar banho, depois eu saí do hotel que a gente estava e fiquei sentado no estacionamento chorando bastante, até a hora da gente entrar no ônibus para ir embora, que foi naquele dia. — Eduardo.

Iniciamos essa discussão considerando o recorte de fala inicialmente inserido, de onde pequenos fragmentos nos podem sinalizar muito do que pretendemos discutir. São de vivências como essa. A de “a gente tinha que tomar banho” decorrente das circunstâncias que a escola nos faz viver como: “era um banheiro só e a gente tinha que ir rapidão porque tinha 30 crianças para tomar banho”. É aí que os constrangimentos e marcas profundas são feitas em nossas subjetividades. Mas, como identificá-las? Como se constituem? Como evitá-las? São inevitáveis, inescapáveis, imprevisíveis. No fragmento “esse garoto ficou do lado de fora para zoar assim “aí deixa eu ir com você”, é que tal demanda se desenha. Isso porque nós... “eu não tinha entendido. Então eu abri a porta e falei: “que? Oi?”.

O que se desenha daí em diante é dor e constrangimento por algo do qual não somos preparados para viver. Isso porque sempre, nós... eu e o outro... “estava ali totalmente na inocência”. Ao fim “fiquei sentado no estacionamento chorando bastante”. Desse caminho podemos perguntar quais fundamentos subsidiam depressão e suicídio entre jovens? Assim, consideremos que as perspectivas sociais acerca da compreensão do suicídio têm crescido dentro da Suicidologia (BOTEGA, 2015). Estas, no entanto, se mantêm junto ao campo de análise “Psis” e, não raro, fornecem categorias para explicar o denominado comportamento suicida, bem como os fatores protetivos e de risco suicida.

Para Botega (2015), o comportamento suicida configura em toda ação ou pensamento em que o sujeito fere ou pretende ferir a si mesmo. Desse modo, o comportamento suicida pode ser compreendido como um continuum que perpassa três planos: as ideias de morte, que não são uma concepção cristalizada do querer se matar, mas sim um “deixar morrer”; a ideação suicida, correspondente ao pensamento de dar cabo à própria vida; e o plano suicida, quando o sujeito já planeja maneiras de se matar. Silva (2019), em sua leitura de Botega (2015), aloca ainda, neste continuum, as tentativas de suicídio, o suicídio em si e os/as chamados “suicidas sobreviventes”. Em resumo:

Comportamento suicida é todo ato pelo qual um indivíduo causa lesão a si mesmo, independente do grau de intenção letal e do verdadeiro motivo desse ato. Uma definição tão abrangente possibilita conceber o comportamento suicida ao longo de um continuum: a partir de pensamentos de autodestruição, por meio de ameaças, gestos, tentativas de suicídio e, por fim, suicídio. (BOTEGA, 2015, p. 33-34)

Nesse sentido, as análises do comportamento suicida pretendem, em alguma medida, identificar certo “estágio” de elaboração do suicídio e evidenciar quais são os fatores de risco suicida. Esse continuum, embora não seja necessariamente marcado por fases estanques do suicídio, já parte de uma expressão – comportamento – que não permite, em nossa visão, a complexificação do ato de dar cabo à própria vida. Em uma leitura pós-estruturalista é preciso tensionar, argumenta Lopes (2011), se não estamos alocando a vida e as ações dos sujeitos junto a um mesmo “centro regulador”, procurando,

dessa forma, “A” verdade sobre o suicídio, bem como atribuindo regras, interdições e classificações ao que está sendo forjado como “comportamento suicida”.

Sobre o tema, a Suicidologia atual tem considerado ainda que existem fatores precipitantes do suicídio, isto é, “fatores proximais” que dizem respeito, não à “causa” da morte autoinflingida, mas a questões de ordem externa e próxima à pessoa que vivenciará esse enredo. A posição social, situações de vergonha e humilhação pública, o luto, rupturas amorosas e afetivas, sensação de fracasso constante e falta de apoio familiar e escolar são alguns destes fatores precipitantes do suicídio (BERTOLOTE, 2012; DA SILVA; BARBOSA, 2014).

As reflexões sobre suicídio, desse modo, sentem segurança para traçar um panorama de quais são os grupos de risco suicida. Jovens adultos, grupos étnicos minoritários, solteiros/as, divorciados/as, viúvos/as, homossexuais, bissexuais e outros/as surgem, portanto, enquanto fatores sociodemográficos de maiores probabilidade de autoextermínio (DURKHEIM, 2000; BOTEAGA, 2015; DA SILVA, BARBOSA, 2014; BERTOLOTE, 2012). Jovens LGBTI+, inclusive, são classificados/as em algumas teorizações como pessoas em “alto risco suicida” (ARAVENA, 2016).

Tal fato pode corroborar com a construção de uma noção de um certo “psiquismo suicida” (SILVA, 2019). Em vez de questionarmos a partir de quais lentes foram construídas as interpretações em torno do “risco suicida”, assumimos, no geral, que a problemática se centra no indivíduo.

Nessa lógica, se autorrepresentar como homossexual, bissexual e/ou transexual é fator de risco suicida ou as problemáticas estão inseridas nas condições pelas quais uma vida se torna sustentável? Nas palavras de Butler (2015, p. 16): “A capacidade epistemológica de apreender uma vida é parcialmente dependente de que essa vida seja produzida de acordo com normas que a caracterizam como uma vida ou, melhor dizendo, como parte da vida.”

Essas normas são responsáveis por privilegiar, diz Silva (2019), bem como conferir existência e pertencimento aos homens, brancos, cisgêneros, heterossexuais e, preferencialmente, felizes. Nossa existência parte da possibilidade de termos uma vida enquadrada ou não pela matriz cultural responsável por atribuir inteligibilidade aos corpos (BUTLER, 2015, 2017, 2019). Se, para Butler (2015, p. 15), “Não é possível definir primeiro a ontologia do corpo e depois as significações sociais que o corpo assume”, podemos avançar em uma reflexão que compreenda o suicídio enquanto um processo elaborado a partir do arcabouço discursivo que incide sobre os corpos. Apollo nos auxilia a exemplificar essa trama:

Eu sofria já muito bullying por ser uma figura asiática muito afeminada e delicada, sempre sofri bullying por isso. E muitas das vezes eu não ficava bem, eu tinha muitas crises de choro dentro da escola. Muitas das vezes eu sempre fui uma pessoa sozinha.[...] Então, tipo, teve esse episódio, e eu já não era uma pessoa muito assumida, e depois acontece isso do bullying. Então, eu já tava com esses problemas de depressão, já havia tentado suicídio e eu fiquei com esse menino e eclodiu a questão de eu ser gay. Eu já era “meio” assumido, nas entrelinhas, mas aí eclodiu mesmo. Tipo, já tinha piadas, mas aí elas aumentaram.
— Apollo.

Em virtude de “ser uma figura asiática muito afeminada e delicada”, distanciando-se das normas pelas quais inauguram-se projetos de vida, o sofrimento circunscreve experiências escolares de Apollo e de todos/as aqueles/as que, como nós, não adequaram-se às prescrições normativas. Sujeitos que, não raro, vivenciam, entre “muitas crises de choro dentro da escola”, situações em que os processos responsáveis por produzir os corpos são postos em questão. O suicídio aparece como possibilidade de romper com este sofrimento gerado junto a impossibilidade de viver segundo regras distintas daquelas que governam os corpos: “já tinha piadas, mas aí elas aumentaram” mostra como o sofrimento e o suicídio emergem, em alguma medida, como resposta em vida a este não-enquadramento do corpo.

Defendemos, portanto, uma concepção cultural do suicídio em que o corpo pode ser entendido como um produto das práticas discursivas onde são operacionalizadas as emoções (ZANELLO, 2018). Mais que isso, nos lembra Lopes (2011), é no corpo e com o corpo onde o controle da sociedade sobre os indivíduos começa de acordo com Foucault. Os discursos produzidos pelos campos legais, religiosos, filosóficos e científicos vão ornamentar o que seria, em termos foucaultianos, uma biopolítica da vida. Foucault (1999a), muito embora não tenha se debruçado sobre o suicídio como tema de debate, nos fornece pistas para refletir sobre como o suicídio surge enquanto elemento dilemático de preocupação da sociedade para com a gestão da vida:

Pode-se dizer que o velho direito de causar a morte ou deixar viver foi substituído por um poder de causar a vida ou devolver à morte. Talvez seja assim que se explique esta desqualificação da morte, marcada pelo desuso dos rituais que a acompanhavam. A preocupação que se tem em esquivar a morte está menos ligado a uma nova angústia que, por acaso, a torne insuportável para as nossas sociedades, do que ao fato de os procedimentos do poder não cansarem de se afastar dela. Com a passagem de um mundo para o outro, a morte era a substituição de uma soberania terrestre por uma outra, singularmente mais poderosa; o fausto que a acompanhava era da ordem do cerimonial político. Agora é sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação; a morte é o limite, o momento que lhe escapa; ela se torna o ponto mais secreto da existência, o mais "privado". Não deve surpreender que o suicídio — outrora crime, pois era um modo de usurpar o direito de morte que somente os soberanos, o daqui debaixo ou o do além, tinham o direito de exercer — tenha-se tornado, no decorrer do século XIX, uma das primeiras condutas que entraram no campo da análise sociológica; ele fazia aparecer, nas fronteiras e nos interstícios do poder exercido sobre a vida, o direito individual e privado de morrer. Essa obstinação em morrer, tão estranha e, contudo, tão regular, tão constante em suas manifestações, portanto tampouco explicável pelas particularidades ou acidentes individuais, foi uma das primeiras surpresas de uma sociedade em que o poder político acabava de assumir a tarefa de gerir a vida. (FOUCAULT, 1999a, p. 129-130)

De acordo com Romero e Gonet (2013), a inferência de Foucault à obra de Durkheim relaciona-se com a emergência de uma nova racionalidade política. Logo, o caráter social do suicídio e suas relações para com os aparatos institucionais de fabricação e regulação da vida. No entanto, enquanto a necessidade de regular as paixões pelas normas é aspecto central na reflexão de Durkheim (2000); em uma perspectiva foucaultiana, o suicídio pode ser entendido enquanto um elemento de tensionamento dos limites dos projetos de regulação e controle de vida das populações (LOPES, 2013; ROMERO; GONET, 2013).

O suicídio é contrário às normas do biopoder (SILVA, 2019) e, no geral, às lógicas médicas, cristãs e capitalistas (RIGO, 2013 apud NAVASCONI, 2018). Para York (2020, p. 102), em sua leitura de Foucault, o biopoder trata-se de “um conjunto de práticas realizadas em nome da autoridade do(s) estado(s) moderno(s) e da organização da vida pública”. É um instrumento regulador dos corpos e controle social. Enquanto a biopolítica, para Moruzzi (2017), refere-se ao novo modelo organizacional, no qual, o controle sob os corpos deixa de focar no indivíduo e passa a centrar na população enquanto espécie. A biopolítica, no entanto, não se difere do biopoder e, na verdade, só se torna “possível a partir do biopoder” (MORUZZI, 2017, p. 284). Dessa forma,

Na biopolítica a morte foi retirada do âmbito público, tornou-se evento privado, institucionalizado. Agora temos uma tecnologia de poder que intervém para o fazer viver cada vez mais efetivo. Neste sentido, a morte é o que escapa ao poder, ao controle do poder político.

E o filósofo [Michel Foucault] ressalta que o objeto sobre o qual o poder tem controle não é a morte, é a mortalidade. A mortalidade é medida com estatísticas e avaliações frequentes. (ALMEIDA, 2020, p. 132)

De acordo com as investigações de Lopes (2011, 2013) e Almeida (2020), o suicídio passa a ser uma preocupação biopolítica na medida em que transgride a própria lógica responsável por inserir a vida na política administrativa dos(s) estado(s) moderno(s). A vida mantida a todo custo, a partir de receitas morais e corpóreas do que deve ser uma existência moral, correta, cidadina, saudável e feliz, não concebe o suicídio como uma possibilidade viável. Pelo contrário, o ato deve ser evitado, corrigido, catalogado e previsto.

Pesquisas recentes têm buscado mapear, inclusive, o que vem sendo chamado de “custo social do suicídio” (QUESADA et al., 2020). Este seria o custo seria uma “consequência”, dizem Quesada et al. (2020), à economia da sociedade. Nessa lógica, os serviços de saúde precisam desprender recursos financeiros com internações, medicações e atendimentos prolongados. E, com o crescente aumento de índices de suicídio, particularmente, da população economicamente ativa, a tendência é que o Sistema Único de Saúde (SUS) siga investindo, progressivamente, recursos financeiros à prevenção do suicídio (SANTOS et al., 2019; QUESADA, 2020; ALMEIDA, 2020).

Para além de tais pontos, o suicídio é um acontecimento que mexe com todo o corpo social em que a “vítima” está presente (SANTOS et al. 2019). Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostram ainda, de acordo com Quesada et al. (2020, p. 12) que “os óbitos decorrentes de suicídios no Brasil em 2001 representaram uma perda total de 1,3 bilhão de reais (IPEA, 2007)”. Em resumo:

Há um custo social relacionado ao suicídio. O processo de luto de uma morte por suicídio sugere uma dificuldade maior na sua elaboração, com possíveis prejuízos à saúde do enlutado. Saúde física, mental, emocional e espiritual do enlutado são dimensões que podem ser afetadas negativamente. O desenvolvimento de transtornos depressivos, de ansiedade, agravamento de doenças físicas preexistentes, abuso de substâncias e comportamento suicida são algumas das possíveis consequências desse processo. Desta forma, percebe-se que o suicídio causa um importante impacto na comunidade onde ocorre. (QUESADA et al. 2020, p. 12).

De tal forma, a preocupação biopolítica do suicídio, em particular, do suicídio de jovens, perpassa pelo fato de o Estado está “perdendo” um sujeito importante à lógica produtiva. Nesse ínterim, a juventude é interpretada como um grupo economicamente ativo em que o Estado precisou investir durante anos, sobretudo, durante o período de escolarização. É nessa seara em que o suicídio passa a ser, paulatinamente, uma preocupação de saúde pública. Santos et al. (2019, p. 12), argumentam, ainda, que “Quanto maior o diagnóstico de intensidade e tendência de um problema, melhor é sua definição de problema público”, logo, a atuação compulsória de organismo em procurar buscar tendências, grupos e padrões de risco suicida. Recorramos ao seguinte trecho para continuar com as provocações:

É... Eu namorei 5 anos com essa pessoa, a gente morou junto, aí veio a pandemia para agravar um pouco a situação e eu comecei em um novo trabalho também. E era um trabalho bem pesado, vamos dizer assim, e somou tudo. Eu lembro que um dia que eu tive gatilho foi relacionado a uma... Eu estava em casa, no meio da pandemia, cheio de atividade para fazer da faculdade, cheio de atividade para fazer do trabalho e aí me ligaram para me cobrar, aí eu desabei em cima da primeira pessoa. A primeira pessoa que me deu abertura ela só falou assim “você tá com a voz meio triste”. E eu respondi: “aí, olha, eu nesse momento que estou falando com você eu estou pensando em me matar. E se você desligar essa ligação agora é provavelmente isso que vai acontecer.” E aí essa pessoa ficou no telefone comigo até o meu namorado chegar e quando ele chegou eu desabei. Falei: “Olha, já tem um tempo que eu não estou bem, só que agora eu cansei de ser forte. Não dá mais para aguentar isso tudo. Eu só quero dar um jeito de me livrar disso tudo nem que seja tirando minha vida. Eu só quero me aliviar disso.” — Felipe.

Na lógica biopolítica, os corpos precisam, a todo instante, buscar formas de viver uma vida altamente produtiva. É comum à juventude viver cheias “de atividade para fazer da faculdade, cheio de atividade para fazer do trabalho”, logo, o caráter somativo que constrói um enredo de sofrimento - “Não dá para aguentar mais” - no qual o suicídio é produzido como uma possibilidade de alívio. Em outras palavras, o “só quero dar um jeito de me livrar disso tudo nem que seja tirando minha vida”, se torna, de certo modo, uma recusa das operações - em vida - das quais o poder pretende fixar-se.

Tanto que é na vida, argumenta Lopes (2013), o lugar pelo qual o poder transpassar e incide, portanto, a “escolha” pela morte desestabiliza esse ponto de fixação do poder: “Se o que se busca é fazer viver e prolongar a vida, a morte seria o próprio limite e o suicídio a prova de sua inoperância.” (LOPES, 2013, p. 193). E embora a biopolítica seja, em linhas gerais, a inserção do biopoder no controle das vidas das populações e que, nessa lógica, a morte escape das premissas do poder, é preciso lembrar, diz Almeida (2020, p. 133), que a biopolítica “mapeia a morte e em algumas situações utiliza-se de mecanismo para fazer morrer”.

O ato de se matar aparece circunscrito em uma biopolítica que o regulamenta e, enquanto oposição às normas do biopoder (SILVA, 2019), passa por uma proibição e um silenciamento (ALMEIDA, 2020). O discurso sobre o suicídio opera, para Almeida (2020), conferindo a algumas instituições e agentes destas a autoridade para se falar sobre o tema, ou seja, as narrativas sobre a morte aparecem aceitas em determinados contextos, como a clínica médica e o consultório terapêutico.

Essas instituições são as mesmas responsáveis por conferir uma verdade ao sexo, bem como forjar o que seria um “sexo verdadeiro” (FOUCAULT, 1999, 1982). Não atoa Herculine, pessoa intersexo que viveu em Paris no século XIX, diz Foucault (1982, p. 5), se torna “um desses heróis infelizes da caça à identidade”. A medicina brasileira, no seio desses discursos, de acordo com Lopes (2013), começa a se preocupar com o autoextermínio argumentando, como indicado anteriormente, que suas causas estariam nas “paixões não-diretivas” advindas dos grandes centros urbanos. Essas paixões seriam, inclusive, comportamentos não compatíveis com a garantia de reprodução da espécie (LOPES, 2011, 2013).

No Brasil o suicídio tem sido, paulatinamente, objeto de preocupação pública. De acordo com Almeida (2020), Botega (2015), Quesada et al. (2020), nas últimas décadas o Ministério da Saúde tornou obrigatório a notificação das tentativas de suicídio entre a população, particularmente, a partir da Lei nº 6.259/2011 com a Portaria MS nº 104, de 25/01/2011². Campanhas, como o Setembro Amarelo, boletins, informativos e manuais também são, cada vez mais, produzidos e publicizados.

Tal fato, insere o suicídio na seguinte dilemática discursiva: as falas sobre o tema sequeem silenciadas em determinados espaços, já em outros é possível falar sobre, desde que seja para compreender, catalogar, racionalizar e, nessa lógica, prever, evitar, corrigir e controlar. Desse modo, a morte voluntária, na biopolítica da vida, sai do campo da possibilidade e se torna, diz Nagafuchi (2019), uma probabilidade. Sobre tal questão Lopes (2013, p. 197) problematiza:

Mediante tais casos - e precisamos seriamente enfrentar essa realidade porque existiram e existem pessoas que não querem mais continuar vivendo, escancarando, dessa maneira, nossa humana finitude - não seria, portanto, o suicídio a antítese dos projetos, das políticas e de tantas intervenções que balizam a biopolítica? Este mesmo quadro de referências e sentidos historicamente forjados não poderia ser aplicado à eutanásia e ao aborto? Melhor dizendo, os mesmos controles, exclusões e interdições que gerem parte de nossas discussões, ou as silenciam, em torno do suicídio também não são operados em temas como o aborto e a eutanásia, já que

² Disponível em: <https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0104_25_01_2011.html>. Acesso em 16 de outubro de 2023.

em muitos casos esses sentidos e imagens, essas narrativas e veredictos são agenciados em torno das sabotagens, interrupções e encurtamentos da vida? O que essa cartografia de saberes, discursos, práticas, imagens e sentidos revela sobre nossa vontade de verdade e sobre consagrados e datados modos de viver?

Nessa lógica, constituição da “vítima pós-moderna” (BOTEGA, 2015) se torna produto de um emaranhado de práticas discursivas a serviço de uma norma do viver, no qual, a morte passa a ser repudiada, distanciada, silenciada e justificada (LOPES, 2013, 2011). Seguindo a lógica de Lopes (2013), o suicídio configura-se como uma dilemática humanamente existencial por ter a possibilidade, argumenta Nagafuchi (2019), de evidenciar os limites postos na fronteira da dicotomia natureza/cultura. Portanto, o suicídio, pelas forças institucionalizadas, pode ser entendido “como fim da vida biológica ou um processo social, mais uma vez evocando a tensão entre natureza e cultura.” (NAGAFUCHI, 2019, p. 109)

SUJEIRA NA SOCIEDADE? CORPOS ABJETOS E PROCESSO SUICIDA

Jaworski (2010), usa a metáfora da moeda para falar sobre o suicídio. O suicídio seria, para a autora, uma moeda que carrega em um de seus lados a vida e do outro lado a morte. A morte autoinfligida não está, portanto, fragmentada do campo cultural e discursivo, tampouco pode ser exclusivamente compreendida pela separação cartesiana em que o suicídio e o sofrimento emocional são atributos exclusivamente mental. O corpo não é, diz Jaworski (2010), um lugar ontologicamente seguro e estável. Ademais, para uma análise do suicídio, vai ser na vida, nas experiências e nas corporeidades que encontramos outras possibilidades de problematizações.

Evidenciar tais questões não é, de maneira alguma, não conferir importância aos trabalhos que discursam sobre o suicídio no campo da “saúde mental”. Lopes (2013) diz que a complexidade tangente ao fenômeno suicida é tal que se torna impossível até mesmo falar do suicídio no singular e fornecer apenas uma verdade explicativa dele. Além disso, em certo sentido, nós também enquadrámos e produzimos verdades sobre a morte e a vida neste trabalho. Tais elementos possuem, quase que por definição, relação com determinado enquadramento (BUTLER, 2015).

Nagafuchi (2019) mobiliza a ideia do fractal para falar sobre a complexidade de se refletir sobre as experiências relacionadas ao arcabouço discursivo acerca do processo de autoextermínio e questiona:

[...] como investigar e pesquisar algo que não tem uma simples definição objetiva? Já esta questão só pode ser respondida com uma inversão da lógica do que se pesquisa. Depende da abordagem que se tem, mas o foco não é, necessariamente, o suicídio per se: quando investigamos suicídio, na realidade, estudamos as adjacências do fenômeno por meio da lente que escolhemos – porque olhar somente para o suicídio é como olhar para um fractal, aquela figura cuja estrutura se mantém idêntica, não importa o quanto nos afastamos ou nos aproximamos dela. Mais que o resultado da imagem final, para o fractal tem importância a estrutura e a força que o gera. Então, quando estudamos suicídio, estamos estudando as ações que conduzem os sujeitos até uma morte voluntária. (NAGAFUCHI, 2019, p. 102)

A questão é, no entanto, partindo da perspectiva pós-estruturalista, que a linguagem não vai apenas refletir sobre as maneiras de se conhecer. Ela, na verdade, inaugura formas de se conhecer (LOURO, 2007) e o processo pelo qual mediamos as experiências corporais, permitindo que cada experiência se configure de determinada maneira (ZANELLO, 2019). Não nos interessa aqui “incluir

mais um estigma a um estigma” conferindo uma classificação às pessoas que já vivenciaram ou vivenciam um enredo suicida, como diz Nagafuchi (2019).

Nesse sentido, nos interessa indagar sobre como os processos de subjetivação produzem os sujeitos a partir de experiências objetificadas no discurso. Para Santos e Castejon (2016), os discursos, os proferidos e os silenciados, têm o poder de subjetivar e, dessa forma, forjar os sujeitos. Esses processos de subjetivação são, portanto, meios pelos quais os discursos e suas vontades de verdades nos constituem. A objetivação seria, por seu turno, “o conceito, o preconceito, aquilo que é descritivo de alguém, a partir do referencial dado por quem vê e observa.” (SANTOS; CASTEJON, 2016, p. 121). Em uma perspectiva foucaultiana, tanto a subjetivação quanto a objetivação podem ocorrer ao mesmo tempo, no mesmo “campo de força”, dizem Santos e Castejon (2016).

A título de exemplo, Santos e Dinis (2018, p. 7) destacam, ao investigarem o tema “conflitos masculinos na adolescência” com jovens homens de 14 a 16 anos, uma narrativa, na qual, o sujeito já havia tido relações sexuais com uma pessoa do mesmo gênero e, muito embora ele afirmasse que teve ereção e sentiu prazer, as pessoas o liam como heterossexual e, deste modo, ele também se autorrepresentava como heterossexual. Sobre este caso e a relação entre subjetivação e objetivação os autores pontuam:

O comentário de fala pode servir como sinalização do campo de forças subjetivadoras que incidem sobre o adolescente e, embora viva dilemas e negação verbal sobre suas vivências homossexuais, acomoda-se pelos modos de objetivação que o envolvem. Ao afirmar que faz sexo com alguém do mesmo sexo, ocorrendo ereção e sexo oral, há aí uma subjetividade, contudo, sente-se homem, macho, não concorda em ser gay, ou seja, acomoda-se em processos de objetivação e ao confortável campo normativo que o reconhece como heterossexual. (SANTOS; DINIS, 2018, p. 10)

Os processos de subjetivação possibilitam – em meio a lógica produtiva do discurso – o surgimento de singularidades (SANTOS, 2015). Tais modos de subjetivação, em uma leitura foucaultiana, ocorrem em com coexistência com as práticas de “sujeição”, afirmam Eribon (2008) e Candiotto (2020), no entanto, abrem margem para leitura de certas reinvenções da própria personalidade. Em outras palavras, somos “sujeitados” pela matriz cis-heterossexual e nossas subjetividades são forjadas pelo crivo de tal matriz. Há, no entanto, (re)interpretações de si, embora dependente de uma ordem sexual, nos lembra Eribon (2008), que podem desviar de padrões imposto pelas normas, neste caso, sexuais e de gênero:

A subjetivação é uma relação entre quem estamos deixando de ser e quem ainda não somos. Quando permanecem estrategicamente nesta posição lacunar do “entre”, os sujeitos constituídos no âmbito das resistências às disciplinas e à biopolítica não são totalmente capturados pela moral civil e pelas inscrições de seus corpos nas distribuições espaciais onde normalmente se espera que devam estar, ou pelos controles temporais que deles exigem o bom adestramento e a autovigilância de suas atividades. Os processos de subjetivação desviam-se dos padrões comportamentais que são esperados dos sujeitos e é nesse sentido que eles não são automaticamente responsivos às tentativas de condução das condutas. (CANDIOTTO, 2020, p. 330)

Os trabalhos de Santos e Castejon (2016) e Santos e Dinis (2018), evidenciam ainda como a não-correspondência às imposições normativas, produto das relações de poder cotidianas, podem fazer com que os sujeitos entendam suas subjetividades como algo defeituoso. Nessa lógica, as operações do poder constroem uma matriz binária responsável por conferir pertencimento aos sujeitos que

correspondem aos regimes de normalidade, transformando em anormais aqueles que não se enquadram em tais regimes. Mas como identificá-las no cotidiano? São os olhares para a subjetivação e objetivação que a identificamos. O recorte de fala nos permite discorrer mais sobre este ponto:

Um tempo depois dessa viagem que a gente fez, umas duas semanas, eu já estava tipo assim, convencido de que ok... Dá para acabar por aqui. Eu cheguei a tentar, ainda bem que não foi uma tentativa esperta né, não deu certo... Eu só passei muito mal, obviamente. Mas ninguém nem sabia o que estava acontecendo, eu só estava passando mal mesmo, eu não fui no médico. Então, assim, foi sorte. — Eduardo.

Ao nos referir a objetivação, subjetivação e suicídio, o resultado fica evidente no fragmento “*Um tempo depois dessa viagem que a gente fez*”, o suicídio torna-se pensado, uma via de possibilidade real. Sim, estamos diante de processos de constituição de uma ideia suicida. Basta observarmos o recorte “*Dá para acabar por aqui*” e “*Eu cheguei a tentar*”. Trata-se de um movimento silencioso, pessoal e solitário. A dor é assim e, em específico, essa não é partilhável. E todos só perceberão que “*Eu só passei muito mal, obviamente*”. O que fica evidenciado é que “*ninguém nem sabia o que estava acontecendo*”.

Posto isso, é possível aferir que a vida, a morte e as violências possuem relação com determinado tipo de enquadramento normativo (BUTLER, 2015, 2019). No entanto, as rotas de fuga dos enquadramentos são, a todo o tempo, tensionadas, (re)criadas e subvertidas (SANTOS; CASTEJON, 2016). Seria “um equívoco entender a operação das normas de maneira determinista”, diz Butler (2015, p. 17), muito embora a existência destes enquadramentos possa resultar em sofrimentos de distintas ordens.

As vidas que não são consideradas vidas por tais enquadramentos, provoca Butler (2015), são relegadas a uma condição precária, passível de ser violentada. Essa não-vida, isto é, a essa existência em uma zona de inteligibilidade é o qual a filósofa problematiza enquanto um corpo abjeto. Para Porchat (2015), a abjeção em Butler configura-se como um produto do próprio enquadramento humano. Esse corpo que “resiste às materializações” dos discursos reiterados pela norma, se torna um excremento e, não raro, é violentado pelo Estado e as instituições que o compõem. Portanto,

O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “não-vivíveis” e “inabitáveis” da vida social que, não obstante, são densamente povoadas por aqueles que não alcançam o estatuto de sujeito, mas cujo viver sob o signo do “inabitável” é necessário para circunscrever o domínio do sujeito. Essa zona de inabitabilidade vai constituir o limite que circunscreve o domínio do sujeito; ela constituirá esse lugar de pavorosa identificação contra a qual – e em virtude da qual – o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação por autonomia e vida. Nesse sentido, o sujeito é constituído por meio da força de exclusão e abjeção que produzem um exterior constitutivo para ele um exterior abjeto que é, afinal, “interior” ao sujeito como seu próprio repúdio fundacional. (BUTLER, 2019, p. 22)

A questão do suicídio passa, desse modo, por outras complexificações. Porque, ao mesmo tempo em que a pessoa que se mata escapa da lógica biopoder ao mesmo tempo em que pode evidenciar a precariedade das operações do poder em controlar a vida, é possível indagar também se a constituição dos “sujeitos não-sujeitos”, dos abjetos, não resultaria em uma impossibilidade de existência e, por isso, o suicídio aparece como opção em meio a essa complexa rede discursiva. Mais do que um desprender das amarras sociais como considerava Durkheim (2000), a produção da anormalidade e, ou ainda, a produção da abjeção, podem fazer com que determinados “sujeitos” vejam na morte voluntária uma possibilidade de encerrar sua (não)existência? Caio Lannes nos ajuda a pensar essa questão:

Era aquela ideia que eu escondia uma personalidade minha que eu não tinha. Na verdade, eu expressava o que eu não tinha, por causa daquela pressão e daquele próprio... Aquela própria

repressão pessoal. Além de tudo, várias ideias entrando na minha cabeça, ideia conservadora, ideia religiosa. E a ideia homofóbica também que, na época, a homofobia era escancarada. Era tratada como zombaria. Não que não deixe de ser agora, né? Só que era totalmente zombável, né?! Era no humor, era na zoeira. “Aí você é gay, saí fora”, “não sou isso”, “tá reprimido!”, sabe essas coisas?! Então, vários xingamentos em cima disso. Então minha infância e minha adolescência foi aquela repressão que é a homofobia interna mesmo. De eu não querer aceitar, socialmente falando, que eu era “isso”. E na minha cabeça mesmo eu tendo os gostos, mesmo eu tendo as vontades, eu tinha também uma repressão de aquilo não era certo: ou eu estava errado, ou eu estava sujo, ou estava em pecado ou ainda que tinha um demônio no meu corpo. Então esse foi meu momento de passar por tudo isso, além do fato de todo mundo me reprimir. Caso eu expressasse alguma coisa, caso reconhecessem alguma coisa. E eu também tinha essa ideia de a “jesus um dia vai me curar, porque eu não quero ser isso para sempre, por mais que eu estava sendo agora”. Então eu tratava toda questão da minha identidade como se fosse sujeira na minha cabeça. Que eu tinha que tratar, que eu tinha que operar, como se fosse uma condição mental. — Caio Lannes.

Crescer em meio à “*repressão que é a homofobia interna*” faz com que nossa existência seja permeada pela crença de haver algo de errado com nós mesmos. As opções de reconhecimento aparecem na ideia de que algo “*estava errado*”, ou “*sujo*”, ou que estávamos, ainda, “*em pecado*”. Como seguir desejando viver quando as opções de reconhecimento são essas? Como desejar a vida quando a “*identidade*” é produzida “*como se fosse sujeira*”? O abjeto, diz Butler (2019), possui esse espectro ameaçador expresso no trecho, vez que tensiona as normas pelas quais muitas verdades sobre o corpo são construídas. “O abjeto é algo pelo que alguém sente horror ou repulsa, como se fosse poluidor ou impuro, a ponto de ser o contato com isso temido como contaminador e nauseante”, diz Miskolci (2012, p. 40). É, nas palavras de Caio Lannes, uma sujeira. Sujeira que está no chão das escolas, das universidades e de outras instituições e que precisa, a todo o custo, ser limpa, inclusive, para que ela não consiga seguir sujando, cada vez mais, o restante da sociedade.

Desse modo, posta todas essas provocações, questionamos: como é possível fornecer uma análise sobre o suicídio tendo em vista que a produção sobre o tema se insere em uma complexa rede de saber-poder? Como mapear a dilemática do suicídio sem o fixá-lo em um ato, já que corremos o risco de quantificar a vida e desconsiderar os processos de subjetivação advindos das experiências que nos (de)formam? Ou ainda, como refletir sobre o suicídio sem fixá-lo também em um sujeito? Isto é, sem culpabilizar pessoas, classificar comportamentos a partir de um “*psiquismo suicida*” e/ou cristalizar concepções nas quais a pessoa se tornam meras vítimas?

Apostamos na necessidade de considerar a “*violência e o sofrimento social atuam nas subjetividades e nas experiências dos sujeitos, e se inscrevem nas experiências da vida cotidiana de cada um.*” (NAGAFUCHI, 2019, p. 105). As experiências são fluxos, processos, trajetórias e caminhos não lineares, de complexa demarcação e, desse modo, o suicídio aparece relacionado aos processos e experiências que ocorrem na vida. É das experiências, produzidas nas teias discursivas dos processos de subjetivação, bem como na objetividade normativa que confere existência a certos sujeitos e a outros não, que acreditamos ser possível problematizar as experiências que se relacionam com o sofrimento emocional e o autoextermínio a partir de e em meio de tais processos.

As processualidades suicidas, se considerarmos a ponderação de Lopes (2013) sobre a impossibilidade de falar do suicídio no singular, configuram-se, portanto, no caminho turvo, cheio de curvas, desvios, paradas, ladeiras e armadilhas que são o fim da vida e as questões de ordens normativas que impactam as subjetividades. O processo suicida envolve todo o enredo do autoextermínio, sem ter,

ao certo, um fim em si mesmo, uma datação exata de quando se inicia ou do momento em que se finda (BERTOLOTE, 2012; SILVA; TEIXEIRA-FILHO, 2017).

Por fim, compreendemos o suicídio enquanto um processo histórico-social e discursivo. Trata-se de uma produção inserida em arcabouço discursivo; de enredo dinâmico, precário e circunstancial impossível de ser operacionalizado em uma relação de causa-efeito. O possível, devido ao caráter dilemático do suicídio, é complexificar, ainda mais, as leituras reducionistas dos chamados “riscos suicidas”. Em outras palavras, a processualidade suicida trata-se de uma não desconsideração da complexa matriz discursiva que aloca as vidas e as mortes em um regime de poder-saber, conferindo a possibilidade da reflexão sobre a relação entre processos subjetivação e suicídio, na mesma medida em que é possível problematizar a norma a partir de narrativas sobre experiências em vida. É, ainda, uma forma de averiguar quais elementos moldam os processos de subjetivação que fazem o sofrimento ter profícua relação com as normativas sexuais e de gênero (ZANELLO, 2018; JAWORSKI, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De início gostaríamos de salientar os episódios de sofrimento que, não raro, vivenciamos em nossas escolas, em nossas famílias e em outros espaços de reconhecimento possuem uma complexa relação com a constituição dos enredos suicidas. A impossibilidade de falar sobre o suicídio no singular caminha junto a discussão a respeito de quais normas são responsáveis por inaugurar projetos de vida e projetos de morte e, na fronteira dessa dicotomia, o suicídio. Procuramos, nessa lógica, ancorados em provocações pós-estruturalistas, problematizar como a vida, a morte e o suicídio têm sido concebidos em um jogo de relações de saber-poder. Sim, problematizar, porque tem muito a caminhar nesse campo de pesquisa ainda e esperamos estar aqui acrescentando para que tal debate e inquietude continue.

Outra consideração que julgamos relevante, referem-se aos enunciados de jovens cis-heterodissidentes acerca das experiências deles/as para com ideações e tentativas de suicídio, em uma conversa com escritos pós-estruturalistas, que caminha para compreensão de como as subjetividades podem ser minadas e sufocadas a partir de experiência de discriminação objetivadas pelo discurso. Nossas expressões de vida, aquelas não se enquadram nas normas de fazer-viver, ao terem sua existência relegada à uma condição de não-sujeito, isto é, de abjeto, abre margem para que o suicídio apareça como uma opção, infelizmente.

Nesse caminho de entendimento, algo ainda a se considerar está no campo de evidenciar tal fato, como buscamos mostrar, não pretende reduzir o “sujeito” que não deseja mais viver à uma vítima. Pelo contrário, nessas considerações gostaríamos de frisar que o preciso é complexificar, cada vez mais, como concebemos o suicídio: quem são os “grupos de risco” que aparecem nos boletins epidemiológicos? Por que deixar de viver segundo os aparatos biopolíticos tem se constituído como um problema de saúde pública? Como e por que prevenir o suicídio em uma sociedade como a nossa? Antes de qualquer coisa, a urgência está no debruçar sobre o tema e melhor entender, suas diferentes possibilidades de leituras, para melhor contribuir e evitar tal fim aos nossos jovens.

Por fim, nessa última consideração que fazemos, apostamos, de tal forma, na compreensão do suicídio como um processo, permeado de curvas, concebido por matrizes culturais que sustentam a masculinidade cisgênera, heterossexual, rica e branca como norma, e que, de tal forma, ocorre no corpo. Nesse entendimento, conceber o suicídio como um ato que percorre um caminho e é produzido pela

cultura possibilita, por fim, abrir frestas para pesquisas que interpretem tal fenômeno não como um dado, morto, estático e distante de humanidade, mas sim um acontecimento em vida. Suicídio que tira de muitos de nós o direito de convivência com quem aprendemos amar, cuidar, conviver e que, por alguma razão de não se sentir incluído, digno, parte, faz a escolha por desistir de estar. E daí perguntamos: eles/as não têm direito de desistir ao e sentirem incapazes de atender o que se espera deles? Se o tem, o que cabe a nós perceber? Como possível melhor entender e intervir nisso em tais processos?

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Gilberto Orácio. O suicídio entre jovens negros na perspectiva durkheimiana.

Identidade. São Leopoldo, v. 17, n. 1, 2011. Disponível em:

<<http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/326>>. Acesso em: 27/02/2023.

ARAVENA, Iside Marcela Lagazzi. *Construcción subjetiva de adolescentes y jóvenes lesbianas y gays acerca del rol de la familia en sus procesos suicidas*. Tesis para optar al grado de magister em Estudios Sistemáticos

Relacionales de la familia y la pareja. Universidad Alberto Hurtado. Santiago, Chile. 2016.

Disponível em< <https://repositorioslatinoamericanos.uchile.cl/handle/2250/1375081>>. Acesso em: 13/06/2023.

BAÉRE, Felipe de; ZANELLO, Valeska. Suicídio e masculinidades: uma análise por meio do gênero e das sexualidades. *Psicologia em estudo*, v. 25, 2020. <<https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.44147>>

BENTO, Berenice Alves de Melo. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença.

Estudos Feministas, 2011, v. 2, n° 19, 549-559.

< <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>>

BERTOLOTE, José Manoel. *O suicídio e sua prevenção*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BOGDAN, Robert.; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e ao método*. Portugal: Porto editora, 1994.

BOTEGA, Neury José. *Crise Suicida: avaliação e manejo*. Porto Alegre: Artmed, 2015.

BUTLER, Judith. *Corpos Que Importam: os limites discursivos do "sexo"*. São Paulo: n-1 edições, 2019.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. 13 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. Vida precária. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, São

Carlos, v.1, n. 1, p. 13-33 jan./jun. 2011. Disponível em:

<<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18>>. Acesso em: 20/01/2023.

BRASIL, Ministério da Saúde. Mortalidade por suicídio e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil. *Boletim Epidemiológico*, v. 52, p. 1-10, 2021. Disponível em: <[https://www.gov.br/saude/pt-](https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-)

[br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_33_final.pdf/view](https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_33_final.pdf/view)>. Acesso em: 31/08/2023.

CAVALCANTE, Fátima Gonçalves; et. al. Instrumentos, estratégias e método de abordagem qualitativa sobre tentativas e ideias suicidas de pessoas idosas. *Ciênc saúde coletiva*. 2015; v. 20, n. 6, p. 1667-1680. <<https://doi.org/10.1590/1413-81232015206.03022015>>

CÉSAR, Maria Rita de Assis. A diferença no currículo ou intervenções para uma pedagogia queer. *Educação Temática Digital*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 351-362, jan./jun. 2012. <<https://doi.org/10.20396/etd.v14i1.1257>>

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”. *Educar em Revista*, v. 35, 2009, pp. 37-51. <<https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000300004>>

D'ALBUQUERQUE, Felipe Baére Cavalcanti. *O gênero no comportamento suicida: o sofrimento psíquico em dissidências sexuais*. 2018. 132 f., il. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018 Disponível em: <<http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/34145>>. Acesso em: 26/10/2022.

DA SILVA, Laionel Vieira; BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira. Suicídio Ou Assassinato? Um Outro Crime Por Trás Da Prática Homofóbica. *Revista Gênero & Direito*, v. 2, p. 58 – 68, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ged/article/view/20346>>. Acesso em: 28/02/2023.

DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. Tradução de Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

DURKHEIM, Émile. *O Suicídio: Estudo de Sociologia*. Martins Fontes: São Paulo, 2000.

ERIBON, Didier. *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

EVANGELISTA, Marcela. Boni. A transcrição em história oral e a insuficiência da entrevista. *Oralidades*, ano 4, n. 7, 2010, p. 169-182. Disponível em: <<https://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/2019-09/Oralidades%207.pdf>>. Acesso em: 30/03/2022.

FERREIRA, Maurício dos Santos; TRAVERSINI, Clarice Salette. Análise foucaultiana do discurso como ferramenta metodológica de pesquisa. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 207-226, jan./mar. 2013. <<https://doi.org/10.1590/S2175-62362013000100012>>

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Por uma Escuta da Arte: ensaio sobre poéticas possíveis na pesquisa. *Revista Brasileira de Estudos da Presença*, v. 11, 2021. <<https://doi.org/10.1590/2237-2660100045>>

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I - A Vontade de Saber*. Edições Graal Ltda: Rio de Janeiro, 1999a.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Editora Vozes, 1999b.

FOUCAULT, Michel. O verdadeiro sexo. In: *Herculine Barbin: O Diário de um Hermafrodita*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

JAWORSKI, Katrina. The gender-ing of suicide. *Australian Feminist Studies*, v. 25, n. 63, 2010, p. 47-61. <<https://doi.org/10.1080/08164640903499752>>

KARSENTI, Bruno. Poder, assujeitamento, subjetivação. *Mnemosine*, v. 16, n. 1, 2020. <<https://doi.org/10.12957/mnemosine.2020.52696>>

LOPES, Fábio Henrique. VIDA, MORTE E SUICÍDIO COMO PREOCUPAÇÃO DA BIOPOLÍTICA. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011. Disponível em: <https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299801864_ARQUIVO_Artigo.ANPUH.2011.pdf>. Acesso em: 30/04/2023.

LOPES, Fábio Henrique. Reflexões históricas sobre os suicídios: saberes, biopolítica e subjetivação. *ArtCultura*, v. 14, n. 24, 2013. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/22130>>. Acesso em 30/04/2023.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Os Estudos Queer e a Educação no Brasil: articulações, tensões, resistências. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 2, n. 2, jul-dez 2012, pp. 363-369. Disponível em: <<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/87>>. Acesso em: 20/04/2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e Saturação em Pesquisa Qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista Qualitativa*, v. 5, n. 7, p. 01-12, abril, 2017. Disponível: <<https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82>>. Acesso em 02/02/2023.

MISKOLCI, Richard. *Teoria queer: um aprendizado pela diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MOREIRA, Roberta Magda Martins et al. Análise epidemiológica dos óbitos por suicídio. *SANARE-Revista de Políticas Públicas*, v. 16, 2017. Disponível em: <<https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1136>>. Acesso em 01/09/2023.

MORUZZI, Andrea Braga. A infância como "dispositivo": uma abordagem Foucaultiana para pensar a educação. *Conjectura: filosofia e educação*, v. 22, n. 2, p. 279-299, 2017. <<https://doi.org/10.18226/21784612.v22.n2.04>>

Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021/Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022. Disponível em: <<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/>>. Acesso em: 10/08/2023.

NAGAFUCHI, Thiago. Um olhar antropológico sobre o suicídio: devir, formas de vida e subjetividades. *Revista M. Estudos Sobre a Morte, Os Mortos E O Morrer*, v. 4, n. 7, 2019, p. 101–124. <<https://doi.org/10.9789/2525-3050.2019.v4i7.101-124>>

NAVASCONI, Paulo Vitor Palma. *Vida, adoecimento e suicídio: racismo na produção do conhecimento sobre jovens negros/as LGBTIIs*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá. 2018.

Disponível em:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7553300>. Acesso em 28 de fevereiro de 2024.

NAVASCONI, Paulo Vitor Palma. Reflexões sobre o fenômeno do suicídio em corpos negros LGBTQIA+ marcados para morrer, mas que recusam a ontologia colonial. In: *(RE)PENSANDO O SUICÍDIO: Subjetividades, interseccionalidades e saberes pluriépistêmicos*. LIMA, Luana; NAVASCONI, Paulo Vitor Palma (org.). Salvador: Edufba, 2022. p. 149-172.
<<https://doi.org/10.7476/9786556304991.0007>>

PENSO, Maria Aparecida; SENA, Denise Pereira Alves de. A desesperança do jovem e o suicídio como solução. *Soc. estado.*, Brasília, v. 35, n. 1, p. 61-81, jan. 2020. <<https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202035010004>>

PICCHETTI, Yara de Paula; SEFFNER, Fernando. Em gênero e sexualidade aprende-se pela repetição com diferença: cenas escolares. *Linhas Críticas*, v. 23, n. 52, p. 717-739, 2017.
<<https://doi.org/10.26512/lc.v23i52.23614>>

PORCHAT, Patrícia. Um corpo para Judith Butler. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 3, p. 37-51, 2015.
<<https://doi.org/10.9771/peri.v1i3.14254>>

QUESADA, Andrea Amaro; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos; ARAGÃO NETO, Carlos Henrique; RAMOS FILHO, Vagner Silva. *Impactos sociais do suicídio e a necessidade de políticas públicas*. (Curso Prevenção ao Suicídio; fascículo 2). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2020. Disponível em: <<https://cpcx.ufms.br/files/2023/04/2.-Impactos-sociais.pdf>>. Acesso em: 01/09/2023.

ROCHA-BUELVAS, Anderson. El riesgo suicida y los significados de las minorías sexuales: un nuevo reto para la salud pública. *rev.fac.med.* Bogotá, v. 63, n. 3, p. 537- 544, Jul. 2015.
<<https://doi.org/10.15446/revfacmed.v63n3.43219>>

ROMERO, María Aurora.; GONNET, Juan. Pablo. Un diálogo entre Durkheim y Foucault a propósito del suicidio. *Revista Mexicana de Sociología*, México, v. 75, n. 4, p. 589-616, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22201/iis.01882503p.2013.4.42269>>. Acesso em: 27/02/2023.

SANTOS, Welson Barbosa. *Adolescência heteronormativa masculina: entre a construção obrigatória e a desconstrução necessária*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós-graduação em Educação. São Carlos, 2015. <<https://doi.org/10.5216/o.v13i2.23273>>

SANTOS, Welson Barbosa; CASTEJON, Mariângela. Corpo e Masculinidade: Subjetivação, Objetivação e Risco de Suicídio. In: *Filosofia do suicídio: quando o corpo tem vez*, Vilmar Prata, Nilton Milanez (Orgs.). Vitória da Conquista: Labedisco, 2016, p. 117-135.

SANTOS, Welson Barbosa; DINIS, Nilson Fernandes. Violência e risco de suicídio na construção das masculinidades adolescentes. *Cad. Pagu*, Campinas, 2018.
<<https://doi.org/10.1590/18094449201800520018>>

SANTOS, Welson Barbosa et al. *Suicídio Universitário: uma questão de identidade ou de profissionalização?*. Editora Kelps, 2019.

SILVA, Liliane M. A.; COUTO, Luis Flávio. A questão do suicídio: Algumas possibilidades de discussão em Durkheim e na Psicanálise. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61(3), p. 57-67, 2009.
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-

52672009000300007#:~:text=Para%20Durkheim%20%C3%A9%20a%20fun%C3%A7%C3%A3o,venham%20a%20desaparecer%20um%20dia.>. Acesso em 01/07/2023.

SILVA, Yasmin Aparecida Cassetari da. *Vozes do silêncio: lesbofobias e a processualidade suicida*. 2019. 250f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/190750>>. Acesso em 10/04/2022.

SILVA, Yasmin Aparecida Cassetari da; TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva. Por que é tão difícil falar do suicídio entre jovens garotas? Reflexões sobre saúde mental e lesbofobia na adolescência. Unesp. 2017. Disponível em: <<https://www.unesp.br/Modulos/Noticias/30975/artigo-por-que-e- tao-dificil-falar-de-suicidio-para-jovens.pdf>>. Acesso em 10/04/2022.

SZYMANSKI, Heloisa. *A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva*. Brasília Plano Editora, 2002.

WORDL HEALTH ORGANIZATION. *Suicide in the world: global health estimates*. 2019. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/326948/WHO-MSD-MER-19.3-eng.pdf>>. Acesso em 13/09/2023.

YORK, Sara Wagner. *TLA, VOCÊ É HOMEM? Trans da/na educação: Des(a)fiando e ocupando os "cistemas" de Pós-Graduação*. 2020. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/16716>>. Acesso em 10/04/2022.

ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris; 2018.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES:

Autor 1 – Pesquisador principal do projeto, coleta de dados, análise dos dados e escrita do texto.

Autor 2 – Orientador do projeto, coleta de dados, análise dos dados e escrita do texto.

Autor 3 – Análise dos dados, escrita do texto e revisão.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.